

Feminismo negro e interseccionalidade

Por Sharon Smith

(edição #91 de ISR – *International Socialist Review* – <http://isreview.org/issue/91/black-feminism-and-intersectionality>)

Tradução: Carla Alvim

“Apesar de concordarmos com a teoria de Marx quando aplicada às relações econômicas mais específicas analisadas por ele, nós sabemos que sua análise precisa ser ampliada para que possamos entender nossa situação específica enquanto mulheres negras”(1) .

– *Declaração do Coletivo Rio Combate*, 1977(92).

“O conceito da simultaneidade de opressões ainda é crucial para o entendimento da realidade política a partir do feminismo negro e, eu acredito, consiste numa das mais significantes contribuições ideológicas do pensamento feminista negro” (3).

– *Bárbara Smith, feminista e acadêmica negra*, 1983.

A acadêmica de Direito negra Kimberlé Crenshaw cunhou o termo “interseccionalidade” em seu influente artigo de 1989, “*Desmarginalizando a ‘Intersecção’ entre Raça e sexo: uma crítica feminista e negra da doutrina antidiscriminação, do teoria feminista e da política antirracista*”(4). O conceito de interseccionalidade não é uma noção abstrata, mas uma descrição de como múltiplas opressões são experienciadas. De fato, Crenshaw usa a analogia a seguir, referente a um cruzamento no trânsito ou encruzilhada, para dar concretude ao conceito:

Façamos uma analogia com o trânsito em um cruzamento, indo e vindo em quatro direções. A discriminação, como o trânsito de um cruzamento, pode fluir numa direção ou noutra. Se um acontece um acidente em um cruzamento, este pode ter sido causado por carros vindos de direções diferentes e, às vezes, vindos de todas ao mesmo tempo. Da mesma forma, se uma mulher negra sofre violência por estar em uma interseção, seu sofrimento pode ter resultado da discriminação sexual ou racial... mas nem sempre é fácil reconstruir um acidente: às vezes as marcas de freadas e os ferimentos pode bem indicar que ocorreu tudo ao mesmo tempo, frustrando as tentativas de se determinar qual dos motoristas causou o dano.(5)

Crenshaw afirma que as mulheres negras sofrem discriminação de maneiras tais que, em geral, não se enquadram nas categorias legais de racismo ou de machismo – mas em uma combinação de ambos, racismo e machismo. No entanto, a legislação tende a definir machismo com base em uma implícita referência às injustiças enfrentadas por *todas* as mulheres (o que inclui as brancas), ao mesmo tempo em que define o racismo como se referente às injustiças sofridas por *todos* os negros e outras pessoas de cor (o que inclui os homens). Esta situação quase sempre deixa as mulheres negras juridicamente “invisíveis” e sem amparo legal.

Crenshaw menciona várias ações trabalhistas com base em alegações de discriminação para mostrar como as causas das mulheres negras geralmente são negligenciadas justamente porque elas sofrem discriminação *tanto como* mulheres *quanto como* negras. A decisão judicial em um destas ações, de autoria de *DeGraffenreid* contra *General Motors*, instruída por cinco mulheres negras em 1976, demonstra com consistência esta tese.

A *General Motors Corporation* nunca havia contratado uma mulher negra para trabalhar antes de 1964 – o ano em que a Lei dos Direitos Civis foi aprovada no Congresso. Entretanto, todas as mulheres negras contratadas depois de 1970 perderam seus

empregos rapidamente nas demissões em massa durante a recessão de 1973 a 1975. Tal perda de emprego massiva entre as mulheres negras levou as denunciantes a argumentarem que as demissões baseadas em tempo de trabalho, guiadas pelo princípio “último contratado, primeiro demitido” eram uma discriminação contra mulheres negras na General Motors, perpetuando práticas discriminatórias feitas pela empresa no passado.

Ainda assim, o tribunal se negou a permitir que as denunciantes combinassem a discriminação sexual à racial para formar uma categoria de discriminação unificada.

As denunciantes alegam que estão peticionando em favor das mulheres negra, e que, portanto, esta ação judicial tem por objetivo fundir duas questões distintas em uma nova subcategoria específica, a saber, a combinação de discriminação sexual e racial... As denunciantes claramente têm direito a uma reparação se elas sofreram discriminação. Contudo, não se lhes deve permitir que combinem as reparações previstas em lei para criar uma nova “superreparação” que lhes daria uma compensação para além da que fora intencionada pelos autores da lei em questão. Assim sendo, esta ação judicial deve ser examinada para verificar se ela traz uma questão de discriminação racial ou de discriminação sexual, ou se traz duas questões de discriminação distintas, mas não uma combinação de ambas.(6)

Na decisão, o tribunal rejeitou com ênfase a criação de:

(...) uma nova categoria, a de ‘mulheres negras’, que indicaria uma condição mais grave que, por exemplo, a de homem negro. A perspectiva de criação de novas categorias de minorias protegidas, com base somente nos princípios matemáticos de permutação e combinação, claramente traria a possibilidade de que se abrisse a mesma velha caixa de Pandora.(7)

Crenshaw comenta, a respeito desta decisão, que:

(...) fornecer reparação legal somente quando as mulheres negras demonstram que suas denúncias são baseadas em questões de raça ou em questões de sexo é análogo a chamar a ambulância para a vítima somente depois que o motorista responsável pelos ferimentos for identificado.(8)

“Será que nós não somos mulheres?”

Depois que Crenshaw introduziu o termo interseccionalidade em 1989, ele passou a ser amplamente adotado, por permitir englobar numa só palavra a experiência simultânea de múltiplas opressões sofrida por mulheres negras. Mas o conceito não era novo. Desde os tempos da escravidão, as mulheres negras já falavam com eloquência das múltiplas opressões de raça, de classe e de gênero – referindo-se a este conceito como “opressões interligadas”, “opressões simultâneas”, “dupla ameaça”, “tripla ameaça” e muitos outros termos.(9)

Tal como a maioria das feministas negras, Crenshaw enfatiza a importância do famoso discurso “Será que eu não sou mulher?”, de Sojourner Truth(10), proferido na Convenção de Mulheres de Akron, no estado de Ohio(11), em 1851.

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e pular valas, e de ficar sempre nos melhores assentos. Ninguém nunca me ajuda a entrar em carruagens, ou a pular poças de lama, nem jamais me dá os melhores assentos. Será que eu não sou mulher? Eu poderia trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando eu era capaz disso – e aguentar o chicote da mesma maneira! Será que eu não sou mulher? Eu dei à luz treze filhos e os vi quase todos serem vendidos como escravos, e quando eu chorei por meu sofrimento como mãe, ninguém, a não ser Jesus, escutou-me! Será que eu não sou mulher?(12)

As palavras de Truth diferenciam enormemente a opressão sofrida por mulheres brancas da que se abate sobre as mulheres

negras. Enquanto as mulheres brancas de classe média tradicionalmente foram tratadas como delicadas e excessivamente emotivas – destinadas a se submeterem aos homens brancos –, as mulheres negras foram denegridas(13) e submetidas ao abuso racista que é um dos elementos fundacionais da sociedade estadunidense. Ainda assim, observa Crenshaw, “Quando Sojourner Truth começou a falar, muitas mulheres brancas insistiram que ela fosse calada, temendo que a oradora desviasse a questão do sufrágio feminino para a da emancipação”, dando uma ideia bastante clara do nível de racismo que havia no movimento sufragista.(14)

Crenshaw traça um paralelo entre a experiência de Truth no movimento sufragista branco e a experiência das mulheres negras no feminismo moderno, argumentando que “Quando a teoria e a política feministas que afirmam refletir as experiências *das mulheres*, bem como as aspirações *das mulheres*, sem incluir nem falar das mulheres negras, as negras devem perguntar “será que *nós* não somos mulheres?”.

A interseccionalidade como síntese de opressões

Pelo que foi dito, os objetivos políticos de Crenshaw vão além de apontar falhas na legislação. Ela afirma que as mulheres negras estão frequentemente ausentes nas análises da opressão de gênero ou do racismo, já que o foco é principalmente, no primeiro caso, as experiências das mulheres brancas e, no segundo, as dos homens negros. Ela pretende questionar tanto a teoria e a prática feminista quanto a antirracista que se negam a “representar adequadamente o cruzamento entre raça e gênero” argumentando que “devido à experiência interseccional ser mais que a soma de racismo e machismo, qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade não pode dar conta, plenamente, da forma específica com que as mulheres são subordinadas.(15)

Crenshaw argumenta que um aspecto essencial da interseccionalidade é que esta categoria reconhece que

múltiplas opressões não são sofridas, cada uma delas, separadamente, mas sim como uma experiência unificada, sintetizada. Isto tem um significado enorme até mesmo no nível prático da construção de um movimento.

Em “Pensamento negro feminista: conhecimento, consciência e política de empoderamento”(16), publicado em 1990, a feminista negra Patricia Hill Collins amplia e atualiza as contradições identificadas por Sojourner Truth, ao mesmo tempo em que reconhece as lutas coletivas travadas historicamente como consolidadoras de uma “sabedoria coletiva” entre as mulheres negras:

Se, como dizem, as mulheres são passivas e frágeis, então por que as mulheres negras são tratadas como “mulas” e levadas a realizar tarefas pesadas de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com seus filhos, então porque as mulheres negras dos EUA que dependem de assistência social são forçadas a arrumar empregos e deixar seus filhos em creches? Se a maior vocação das mulheres é se tornarem mães, então por que as mães negras adolescentes são constrangidas a usar Norplant e Depo Provera? (17) Na ausência de um feminismo negro viável, que investigue como as opressões interseccionadas de raça, de gênero e de classe reforçam estas contradições, a imagem criada por serem consideradas trabalhadoras desvalorizadas e mães fracassadas pôde facilmente se voltar para dentro, levando a uma opressão internalizada. Mas o legado da luta entre as mulheres negras dos EUA parece indicar que um conhecimento crítico coletivamente compartilhado por elas já existe há muito tempo. Esta sabedoria coletiva por sua vez impeliu as mulheres negras dos EUA a produzir um conhecimento mais especializado, a saber, o pensamento feminista negro como teoria social crítica.(18)

Tal como Crenshaw, Collins usa o conceito de interseccionalidade para analisar como “opressões [tais como

‘raça e gênero’ ou ‘sexualidade e nação’] operam em conjunto na produção da injustiça“. Mas Collins acrescenta o conceito de ‘matriz de dominações’ a esta formulação:

Em contraste, a matriz de dominações aponta para como estas opressões interseccionadas se organizam na realidade. Independentemente de quais intersecções específicas estejam em questão, os domínios estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal do poder reaparecem através das mais diversas formas de opressão.(19)

Em outro contexto, Collins reconhece o componente crucial da classe social das mulheres negras como formador das percepções políticas. Em ‘Os traços de uma epistemologia feminista afrocêntrica’, ela argumenta:

(...) enquanto o ponto de vista de uma mulher negra e sua correspondente epistemologia derivam da consciência das mulheres negras acerca da opressão de raça e de gênero, estes não são simplesmente o resultado de uma combinação de valores afrocêntricos e femininos – os pontos de vista estão enraizados nas condições materiais estruturadas pela classe social. [itálicos meus].(20)

Combater o machismo numa sociedade profundamente racista

Devido ao papel histórico da escravidão e da segregação racial nos Estados Unidos, o desenvolvimento de um movimento de mulheres unificado exige o reconhecimento das múltiplas implicações desta dívida racial perene. Se por um lado todas as mulheres são oprimidas enquanto mulheres, nenhum movimento pode alegar falar em nome de *todas* as mulheres a menos que fale pelas mulheres que também enfrentam as consequências do racismo – que coloca as mulheres de cor de forma desproporcionalmente mais frequente nas fileiras da classe trabalhadora e entre os pobres. Raça e classe devem, portanto, ser centrais no projeto de emancipação das mulheres se este se

pretende significativo para aquelas mulheres que são as mais oprimidas pelo sistema.

De fato, uma das fraquezas centrais do feminismo predominantemente branco dos EUA tem sido sua falta de atenção para com o racismo, com repercussões enormes. Deixar de combater o racismo leva à reprodução do *status quo* racista.

A narrativa amplamente aceita do movimento feminista moderno é que este inicialmente incluía mulheres brancas, que começaram no final dos anos 60 e início dos anos 70, a que depois se juntaram mulheres de cor, seguindo os passos das primeiras. Mas esta narrativa é factualmente incorreta.

Décadas antes da ascensão do movimento moderno pela emancipação das mulheres, as mulheres negras já se organizavam contra o estupro sistemático a que estavam sujeitas nas mãos dos homens racistas e brancos. As ativistas pelos direitos civis das mulheres, incluindo Rosa Parks, eram parte de um insubmisso movimento das camadas populares para defender as mulheres negras sujeitas às agressões sexuais racistas – numa interseção de opressões historicamente peculiar às mulheres negras nos Estados Unidos.

Danielle L. McGuire, autora de *No fim da rua: mulheres negras, estupro e resistência – uma nova história do movimento pelos direitos civis de Rosa Parks ao surgimento do Black Power*(21), afirma que

(...) ao longo do século XX... mulheres negras normalmente denunciavam abusos sexuais que sofriam. Usando sua voz como arma na guerra contra a supremacia branca, seja na igreja, seja nos tribunais ou nas audiências públicas do congresso, as mulheres afroamericanas resistiram abertamente ao que Martin Luther King Jr. chamava de “coisificação” de sua humanidade. Décadas antes das feministas radicais no movimento de mulheres incitarem as sobreviventes de estupros a “abrirem a boca”, os protestos das mulheres afroamericanas

suscitaram indignação em nível local, nacional e até mesmo internacional e assim estimularam campanhas maiores pela justiça racial e pela dignidade humana.(22)

A invenção do ‘matriarcado’ negro

Nos anos 60, o contraste entre a opressão às mulheres brancas de classe média e a sofrida pelas mulheres negras não poderia ter sido mais evidente. As mesmas ‘especialistas’ que recomendavam uma vida feliz nos limites do lar para as mulheres brancas suburbanas(23), tal como documentado no imensamente popular ‘A mística feminina’, de Betty Friedan, repreendiam as mulheres negras por seu fracasso em se adequar a este modelo. (24)Devido às mães negras tradicionalmente terem de trabalhar fora com muito mais frequência que suas congêneres brancas, elas foram culpabilizadas por uma gama de mazelas social por causa de sua relativa independência econômica.

A feminista socialista Stephanie Coontz fala de “freudianas e cientistas sociais” que ‘insistiam que os homens negros haviam sido emasculados – primeiro pela escravidão e depois pela independência econômica de suas mulheres’. Muitos na mídia afroamericana também acataram esta análise. Um artigo da revista *Ebony* (Ébano) de 1960 afirmava claramente que a tradicional independência da mulher negra significava que ela estava ‘mais em conflito com seu papel biológico natural que as mulheres brancas’.(25)

Esta questão veio à tona em 1965, quando o Ministério do Trabalho dos EUA publicou um relatório intitulado “A família negra: um caso de ação nacional”.(26) O relatório, de autoria do futuro senador Daniel Patrick Moynihan, falava de um ‘matriarcado negro’ no centro de um “emaranhado de patologias” que afligiam as famílias negras, levando a um ciclo de pobreza. ‘Um fato fundamental na vida da família negra americana é a comum inversão dos papéis de marido e

mulher“ graças à qual as mulheres negras ganham mais que seus companheiros, afirma Moynihan.

O relatório afirma: “essencialmente, a comunidade negra tem sido induzida a uma estrutura matriarcal que, por ser tão fora dos padrões vigentes no resto da sociedade americana, retarda seriamente o progresso do grupo como um todo“. O relatório explica porque isto acontece:

Não há, presume-se, nenhuma razão especial para que uma sociedade em que os homens são dominantes nos relacionamentos familiares seja preferível à organização matriarcal. Entretanto, é obviamente uma desvantagem para um grupo minoritário que este aja segundo um princípio enquanto a grande maioria da população, e sobretudo aqueles que têm mais vantagens, esteja agindo de outra forma. Esta é a situação atual dos negros. A nossa sociedade presume a liderança masculina em questões públicas e privadas. As organizações da sociedade facilitam tal liderança e a recompensam. Uma subcultura, tal como a dos negros americanos, não qual este não é o padrão vigente, encontra-se em particular desvantagem. (27)

Este exemplo demonstra por que a discriminação de gênero não pode ser efetivamente entendida sem que se leve em conta o papel do racismo. E as feministas negras desde aquela época têm como prioridade o exame das relações inter cruzadas de gênero, raça e classe que muitas feministas brancas tenderam a ignorar em um momento. Ao fazer isto, elas demonstraram que as mulheres de cor não são simplesmente “duplamente oprimidas“ tanto pelo machismo como pelo racismo. As mulheres negras tem uma experiência do machismo moldada igualmente pelo racismo e pela desigualdade de classe que, portanto, é diferente em certos aspectos da experiência de certas mulheres brancas de classe média.

“Duas sociedades, uma negra, uma branca – separadas e

desiguais“

Os anos 50 e 60 também foram um período de intensa polarização racial nos Estados Unidos, já que o movimento de massas pelos direitos civis lutava para dar um fim tanto à segregação Jim Crow(28) no sul quanto à segregação que na prática também ocorria no norte. O casamento inter-racial ainda estava proscrito em dezesseis estados em 1967, quando a Suprema Corte finalmente julgou tais proscricções como inconstitucionais na decisão acerca da ação de *Loving contra Virgínia*.

Rebeliões urbanas varreram o país de meados ao fim da década de sessenta, desencadeadas pela brutalidade policial e por outras formas de discriminação racial nos guetos negros afetados pela pobreza. Em 1967, a Comissão de Conselheiros Nacionais sobre a Desordem Civil, também conhecida como Comissão Kerner, foi estabelecida para investigar as causas que estariam nas raízes das rebeliões urbanas. Em 1968, a Comissão emitiu um relatório que incluía uma impiedosa acusação de racismo e de segregação sobre a sociedade estadunidense. O relatório conclui que:

Nossa nação está se dividindo em duas sociedades, uma negra, uma branca – separadas e desiguais... A segregação e a pobreza criaram no gueto racial um ambiente destrutivo, totalmente desconhecido para a maioria dos americanos brancos. O que os americanos brancos nunca entenderam de fato, mas que os negros nunca podem esquecer – é que a sociedade branca está profundamente enredada no gueto. As instituições brancas é que o criaram, as instituições brancas o mantém, e a sociedade branca o ignora.(29)

A Comissão Kerner enfatizou que boa parte do problema estava enraizado na “difundida discriminação e segregação no emprego, na educação e na moradia, que resultou na exclusão continuada de grande parte dos negros em relação aos benefícios do progresso econômico“. A Comissão concluiu que o

grau de segregação habitacional era tamanho que, “para criar uma distribuição populacional dessegregada, cerca de 86% de todos os negros teriam de mudar seu local de residência dentro da cidade”.(30)

Em resposta ao grau extremado de racismo e de machismo que enfrentavam nos anos 60, as mulheres negras e outras mulheres de cor começaram a se organizar contra a opressão que sofriam, formando inúmeras organizações. Em 1968, por exemplo, as mulheres negras do Comitê de Coordenação da Não-Violência Estudantil (SNCC – Student Non-Violent Coordinating Committee) fundou a Aliança de Mulheres do Terceiro Mundo (Third World Women’s Alliance). Em 1973, um grupo de destacadas feministas negras, que incluía Florynce Kenndey, Alice Walker e Barbara Smith fundou a Organização Feminista Negra Nacional (NBF0 – National Black Feminist Organization). Em 1974, Barbara Smith se juntou a outro grupo de feministas lésbicas negras para fundar o Coletivo Rio Combahee (Combahee River Collective), com sede em Boston, como uma alternativa radical autoconsciente à NBF0. O Coletivo Rio Combahee foi batizado em homenagem à vitoriosa Incursão ao Rio Combahee e à Ferrovia Subterrânea(31) de 1863, planejada e liderada por Harriet Tubman, que resultou na libertação de 750 escravos.

O manifesto do Coletivo Rio Combahee, lançado em 1977, apresentava sua visão do feminismo negro como uma oposição a todas as formas de opressão – incluindo a de sexualidade, a de identidade de gênero, a de classe, a de deficiência e a de idade – posteriormente fundamentadas no conceito de interseccionalidade.

A expressão mais geral de nossa posição política na atualidade seria a de que estamos comprometidos na prática com a luta contra a opressão racial, sexual, de gênero e de classe, e enxergamos como nossa tarefa em particular o desenvolvimento de uma prática e de uma análise integradas,

com base no fato de que os maiores sistemas de opressão são interligados. A síntese destas opressões cria as condições em que se dão nossas vidas. Enquanto mulheres negras nós vemos o feminismo negro como o movimento político que logicamente deve combater as múltiplas e simultâneas opressões que todas as mulheres de cor enfrentam. (32)

Elas acrescentaram que ‘‘Nós sabemos que existe uma coisa chamada opressão racial-sexual que não é nem somente racial e tampouco somente sexual, como exemplificado na história do estupro de mulheres negras por homens brancos como instrumento de repressão política’’. (33)

As consequências de se ignorar as diferenças de raça e de classe entre as mulheres.

Conforme observado acima, ‘‘A mística feminina’’, de Betty Friedan, publicado em 1963, deu voz à agonia das donas de casa brancas de classe média que estavam aprisionadas em seus lares suburbanos, condenadas a vidas que giravam em torno da satisfação de todas as necessidades de suas famílias. O livro imediatamente se harmonizou com o que sentiam milhares de mulheres que desesperadamente buscavam escapar do estupidificante mundo da lide doméstica.

O livro de Friedan, no entanto, ignorava a importância das diferenças de raça e de classe, bastante reais, que existiam entre as mulheres. Ela optou conscientemente por se dirigir a este público de mulheres brancas de classe média. Como observa Coontz, ‘‘(...) o conteúdo e a estratégia de marketing de ‘‘A mística feminina’’ concebidas por Friedan e seus editores ignoravam os exemplos positivos de mulheres negras no argumento de Friedan’’. Friedan certamente conheciam a realidade. Ela viajara junto o movimento de trabalhadores de esquerda durante os anos 1930 e 1940, mas decidira, em meados de 1950 (no ápice da caça às bruxas anticomunista da era McCarthy), reinventar-se na figura de uma esposa suburbana

despolitizada.(34)

Poucas mulheres negras ou da classe trabalhadora de qualquer raça teriam sido capazes de levar a cabo a proposta de Friedan de que as mulheres contratassem trabalhadoras domésticas para realizar as suas tarefas diárias enquanto elas estivessem no trabalho. Assim, “as mulheres negras que chegaram a ler o livro raramente reagiram com o mesmo entusiasmo das leitoras brancas”.(35)

Friedan elogia às mãezonas caseiras que tiveram coragem de romper com seu papel tradicional e galgar carreiras bem remuneradas, escrevendo com simpatia para com todas estas mulheres que “obviamente tinham problemas, problemas grandes – burlar a gravidez, encontrar governantas e empregadas domésticas, ter de abrir mão de boas oportunidades de carreira quando seus maridos eram transferidos”. (36)No entanto, ela não julgou valer a pena comentar sobre as vidas das governantas e empregadas domésticas que estas mulheres de carreira contratavam, que também trabalhavam o dia inteiro, mas em seguida voltavam para casa para dar conta do trabalho doméstico e do cuidado das crianças sob sua própria responsabilidade.

Logo depois de “A mística feminina” ser publicado, a ativista pelos direitos civis de esquerda e historiadora Gerda Lerner escreveu a Friedan, elogiando o livro, mas também expressando “uma única reserva”: Friedan dedicara o livro “somente aos problemas das mulheres de classe média com nível superior”. Lerner observa que “as mulheres trabalhadoras, especialmente as mulheres negras, trabalham não somente sob o peso das desvantagens impostas pela mística feminina, mas também sob as mais pesadas desvantagens da discriminação econômica”.(37)

Também vale a pena mencionar que Friedan introduz uma ideia profundamente anti-gay em “A mística feminina” que viria a repercutir em seus esforços organizativos nos anos 70. Ela argumenta que

(...) a homossexualidade que está se espalhando como uma névoa obscura pelo cenário político americano“ tem suas raízes na mística feminina, que pode produzir ‘‘o tipo de devoção entre mãe e filho capaz de gerar homossexualidade latente ou aberta... O menino sufocado por um amor materno tão parasitário é impedido de crescer, não apenas sexualmente, mas em todos os sentidos .(38)

A reprodução do mito do estuprador negro

O racismo, contudo, não estava limitado à ala mais conservadora do movimento de mulheres. Susan Brownmiller, autora de ‘‘Contra nossa vontade: homens, mulheres e estupro‘‘, publicado em 1975, apresenta as raízes da opressão às mulheres nos mais grosseiros termos biológicos, baseando-se na capacidade física do homem para estuprar: ‘‘Quando os homens descobriram que poderiam estuprar, eles começaram a cometer tais atos... A descoberta do homem de que sua genitália poderia servir como arma para gerar medo deve figurar como uma das mais importantes descobertas dos tempos pré-históricos, ao lado do uso do fogo e do primeiro machado de pedra lascada. Desde os tempos pré-históricos até o presente, creio eu, o estupro cumpriu um papel decisivo‘‘. Nestes termos, Brownmiller conclui que os homens usam o estupro para reforçar seu poder sobre as mulheres: ‘‘(...) trata-se de nada mais e nada menos que um processo consciente pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres atemorizadas‘‘.(39)

Este quadro teórico, baseado puramente em supostas diferenças biológicas entre homens e mulheres, permitiu que Brownmiller justificasse conjecturas reacionárias em nome do combate à opressão das mulheres. Ela chega a conclusões abertamente racistas em seu relato do linchamento de Emmett Till em 1955. Till, que tinha catorze anos, durante o verão visitava a família no Mississippi, ainda sob a Lei Jim Crow, quando cometeu o ‘‘crime‘‘ de assobiar para uma mulher branca casada chamada Carolyn Bryant, numa brincadeira de adolescente. Till

foi torturado e baleado, e então o corpo do rapaz foi desovado no rio Tallahatchie.

Apesar de Till ter sido linchado, Brownmiller fala de Till e de seu assassino como se compartilhassem o poder sobre uma “mulher branca”, usando estereótipos que a ativista e acadêmica Angela Davis taxou como “a ressurreição do velho mito racista do estuprador negro”.(40)

As palavras da própria Brownmiller comprovam o juízo de Davis:

Raramente um único caso expôs de forma tão clara como o de Till os antagonismos subjacentes ao grupo masculino em relação ao acesso a mulheres, pois o que se passou na loja de Bryant não deveria ser falseado como um flerte inocente... Emmett Till pretendia mostrar aos seus colegas negros que ele – e por conseguinte eles também – poderia conseguir uma mulher branca e Carolyn Bryant era o objeto conveniente mais próximo. Em termos concretos, o que estava em questão era o acesso a todas as mulheres brancas”.(41)

Brownmiller escreveu também o seguinte:

E quanto ao fiu-fiu, a “bravata adolescente de Till?”... O assobio não foi uma mexidinha, cheia de água na boca ou de admiração melodiosa por causa de umas pernas bem torneadas... Foi um insulto deliberado, no limiar de um ataque físico, um último alerta dado a Carolyn Bryant de que este rapaz negro, Till, tinha a intenção de possuí-la.(42)

A aclamada romancista, poeta e ativista Alice Walker respondeu nas páginas do *New York Times Book Review* de 1975: “Emmett Till não era um estuprador. Ele não era sequer um homem. Era uma criança que não entendia que assobiar para uma mulher branca poderia custar a sua vida”. (43) Davis descreveu as contradições inerentes à análise do estupro feita por Brownmiller: “ao escolher ficar do lado da mulher branca,

independentemente das circunstâncias, Brownmiller capitula ao racismo. Seu fracasso em alertar as mulheres brancas a respeito da urgência de combinar um feroz combate ao racismo com a necessária batalha contra o machismo é uma contribuição importante para as forças racistas nos dias dia hoje''.(44)

Em 1976, a revista *Time* designou Susan Brownmiller como uma de suas ''mulheres do ano'', saudando seu livro como ''a mais rigorosa e provocadora obra acadêmica que surgiu do movimento feminista''.(45) As objeções à visão abertamente racista de Brownmiller por mulheres negras proeminentes como Davis e Walker passaram quase totalmente despercebidas no cenário político dominante.

0 combate ao machismo e ao racismo nos anos 70

É preciso que se diga que muitas mulheres negras que se identificavam como feministas nos anos 70 e 80 eram fortemente críticas à recusa por parte do feminismo dominante em combater o racismo e outras formas de opressão. Barbara Smith, por exemplo, defendeu a inclusão de todos os oprimidos em um discurso de 1979, num claro desafio às feministas brancas, de classe média e heterossexuais:

O que faz do racismo uma questão feminista pode ser facilmente explicado pela definição inerente de feminismo. Feminismo é a teoria e a prática política pela emancipação de todas as mulheres: mulheres de cor, mulheres da classe trabalhadora, mulheres pobres, mulheres com necessidades especiais, lésbicas e idosas, assim como as mulheres brancas heterossexuais economicamente privilegiadas. Qualquer coisa menos que isso não é feminismo, mas mera auto exaltação feminina.(46)

Contudo, durante os anos 60 e 70 muitas mulheres negras e outras mulheres de cor também se sentiram postas de lado e alienadas pela falta de atenção para com a emancipação feminina dentro dos movimentos nacionalista e antirracista. 0

Coletivo Rio Combahee, por exemplo, era composto por mulheres veteranas do Partido Panteras Negras e de outras organizações antirracistas. Neste contexto político, as feministas negras estabeleceram uma tradição que rejeita a priorização da opressão às mulheres sobre o racismo e vice-versa. Esta tradição assume a conexão entre racismo e pobreza na sociedade capitalista, por conseguinte rejeitando as estratégias de classe média para a emancipação das mulheres que desconsideram a centralidade da classe nas vidas das mulheres pobres e da classe trabalhadora.

Feministas negras tal como Angela Davis contestaram a teoria e a prática de feministas brancas que fracassaram em tratar da centralidade do racismo. O livro divisor de águas de Davis, ‘Mulheres, Raça e Classe’ (47), por exemplo, examina a história das mulheres negras nos Estados Unidos desde uma perspectiva marxista, começando pelo sistema escravista e adentrando o capitalismo moderno. Seu livro também examina as formas com que as questões dos direitos reprodutivos e do estupro, em particular, representam experiências profundamente diferentes para mulheres negras e brancas devido ao racismo. Cada um destes casos é abordado a seguir.

Os direitos reprodutivos e o abuso da esterilização racista

As feministas que dominavam o cenário dos anos 60 e 70 consideram a questão dos direitos reprodutivos exclusivamente como a conquista da legalização do aborto, sem reconhecer as políticas racistas que historicamente impediram que as mulheres de cor parissem e criassem quantos filhos elas quisessem.

Davis argumenta que a história do movimento de controle da natalidade é seus programas de esterilização racista necessariamente tornam a questão dos direitos reprodutivos muito mais complicada para as mulheres brancas e outras mulheres de cor, que historicamente foram alvo de tais abusos. Davis descreve a trajetória da pioneira do controle de

natalidade no século XX, Margaret Sanger, desde seus primeiros dias como socialista até sua conversão ao movimento eugênico, uma abordagem declaradamente racista do controle populacional baseada no lema “[mais] filhos de adequados, menos de inadequados”.

Os tais “inadequados” para ter filhos, de acordo com os eugenistas, incluíam os incapacitados mental e fisicamente, os prisioneiros e os pobres não brancos. Como observa Davis, “Por volta de 1932, a Sociedade de Eugenia podia se orgulhar de pelo menos vinte e seis estados terem aprovado leis de esterilização compulsória e de milhares de pessoas “inadequadas” terem sido cirurgicamente impedidos de se reproduzir”.

No lançamento do “Projeto Negro” em 1939, a Liga Americana de Controle de Natalidade, dirigida por Sanger, afirmava que “(...) a massa de negros, particularmente no sul, ainda procria irresponsável e desastrosamente”. Em uma carta pessoal, Sanger confessou que “Nós não queremos que se espalhe o boato de que desejamos exterminar a população negra e de que o pastor é o homem capaz de corrigir esta ideia se ela vier um dia a passar pela cabeça dos seus membros mais rebeldes”.(48)

Políticas racistas de controle populacional deixaram uma quantidade enorme de mulheres negras, latinas e nativas americanas estéreis contra sua vontade ou sem seu conhecimento. Em 1974, um tribunal do Alabama estimava que entre 100.000 e 150.000 adolescentes negras pobres eram esterilizadas todo ano no Alabama.

As décadas de 1960 e 1970 presenciaram uma epidemia de esterilização abusiva e de outras formas de coerção voltadas contra mulheres negras, nativas americanas e latinas – juntamente com uma ascensão das lutas contra estas atrocidades. Um estudo de 1970 demonstrou que 25% das mulheres nativas americanas foram esterilizadas e que as mulheres casadas negras e latinas foram esterilizadas em proporções

muito maiores que as mulheres casadas do conjunto da população. Por volta de 1968, um terço das mulheres em idade fértil em Porto Rico – ainda uma colônia dos EUA – foram permanentemente esterilizadas.(49)

Ainda assim, as feministas da vertente dominante não apenas ignoravam estas lutas como também ampliavam o problema. Muitas adotaram as metas do controle populacional com todas as suas implicações racistas como se fosse uma causa eminentemente “liberal”.

Em 1972, por exemplo, um momento em que as nativas americanas e outras mulheres negras estavam lutando contra a imposição de políticas voltadas para suas comunidades, a *Ms. Magazine* perguntava às suas leitoras, quase todas brancas de classe média, “O que se pode fazer quando se é um cidadão consciente, preocupado com a explosão populacional e com os problemas ecológicos, que ama bebês e fica imaginando como o seu vai ser, e que deseja ter mais de um?”. A *Ms.* apresentava a solução: “Tenha um e adote outro”. (50)As crianças oferecidas para adoção eram em sua esmagadora maioria nativas americanas, negras, latinas e asiáticas.

A bem da verdade, a legalização do aborto por decisão da Suprema Corte dos EUA na ação movida por Roe contra Wade foi de importância capital para todas as mulheres como resultado direto das lutas populares. Por causa das consequências tanto econômicas quanto sociais do racismo, as vidas das mulheres negras, latinas e de outras mulheres de cor estavam em maior risco quando o aborto era ilegal. Antes de o aborto ter sido legalizado na cidade de Nova Iorque em 1970, por exemplo, as mulheres negras compunham 50% do total de mulheres que morriam depois de um aborto ilegal, enquanto as mulheres porto-riquenhas compunham outros 44%.(51)

A legalização do aborto em 1973 é normalmente considerada a mais importante conquista do movimento de mulheres moderno. Esta vitória, no entanto, foi acompanhada no fim daquela mesma

década pelas muito menos alardeadas – mas *igualmente importantes* – vitórias contra os abusos da esterilização, que resultaram de lutas populares levadas a cabo principalmente por mulheres negras. Em 1978, o governo federal atendeu às demandas das ativistas nativas americanas, negras e latinas ao finalmente estabelecer regulamentos para a esterilização. Estes incluíam a exigência de períodos de espera e formulários de autorização na mesma língua falada pelas mulheres que concordasse em ser esterilizada.(52)

Davis observa que as mulheres negras “estavam muito mais familiarizadas que suas irmãs brancas com os grosseiros bisturis assassinos de abortistas incompetentes que buscavam lucrar com a ilegalidade(53) e, no entanto, estavam praticamente ausentes das campanhas pelo direito ao aborto. Ela conclui que “(...) as ativistas pelo direito ao aborto do início dos anos 70 deveriam ter estudado a história de seu movimento. Se o tivessem feito, poderia ter chegado a entender por que tantas de suas irmãs negras adotavam uma postura de suspeita em relação a sua causa”.(54)

0 componente racial do estupro

O estupro é uma das manifestações mais agressivas de opressão à mulher em todo o mundo. Mas ao estupro também se vem atribuindo um pernicioso componente racial nos Estados Unidos, desde os tempos da escravidão, como uma das armas essenciais na manutenção do sistema de supremacia branca. Davis argumenta que o estupro é “uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava” que consiste no estupro rotineiro de mulheres negras escravizadas pelos senhores brancos.(55)

Ela descreve o estupro como “uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar a disposição da mulher escrava em resistir e, com isso, desmoralizar seus homens”. (56)O estupro institucionalizado de mulheres negras sobreviveu à abolição da escravidão e ganhou uma forma moderna: “O estupro coletivo, perpetuado pela Ku Klux Klan e

por outras organizações terroristas do período posterior à Guerra Civil, tornou-se uma arma política ostensiva nas mãos das forças de oposição ao movimento pela igualdade dos negros".(57)

Gloria Joseph, feminista negra e marxista, faz a seguinte observação penetrante acerca da experiência compartilhada de racismo entre mulheres e homens negros: "A experiência da escravidão para os negros nos Estados Unidos trouxe uma contribuição irônica para a igualdade entre homem e mulher. Trabalhando nos campos e nas casas, homens e mulheres foram igualmente desumanizados e brutalizados". Na sociedade moderna, ela conclui, "O estupro de mulheres negras bem como o linchamento e a castração de homens negros têm naturezas igualmente abomináveis".(58)

A caricatura da virtuosa dama branca do sul, constantemente assediada por estupradores negros tinha sua contraparte na da mulher negra promíscua buscando a atenção sexual dos homens brancos. Como afirma Davis, "A imagem fictícia do homem negro como estuprador sempre reforçou o seu complemento inseparável: a imagem da mulher negra como incorrigivelmente promíscua... Por serem vistas como "mulheres fáceis" e prostitutas, os choro das mulheres negras estupradas perdia, necessariamente sua legitimidade". (59) Como Lerner igualmente exprime: "O mito do negro estuprador de mulheres brancas é gêmeo do mito da mulher negra sem valor – ambos destinados a exaltar e facilitar a contínua exploração dos negros e negras".(60)

Brownmiller não estava sozinha na sua incapacidade de enfrentar os pressupostos racistas acerca do estupro, conseqüentemente reproduzindo-os. Davis critica enfaticamente as feministas brancas da era 1970 por negarem-se a integrar uma análise do racismo à teoria e à prática do combate ao estupro: "Durante o movimento antiestupro contemporâneo, poucas teóricas feministas analisaram com seriedade as circunstâncias especiais que afetam a mulher negra enquanto vítima de estupro. O nó histórico que ata as mulheres negras –

vítimas sistemáticas de abusos e de violações por homens brancos – aos homens negros – mutilados e assassinados por causa da manipulação racista da acusação por estupro – mal começou a ser reconhecido de forma minimamente significativa“.(61)

0 feminismo negro de esquerda como política de inclusão

Este artigo tentou mostrar como as feministas negras desde o tempo da escravidão desenvolveram uma tradição política própria baseada numa análise sistemática das opressões interligadas de raça, gênero e classe. Desde os anos 70, as feministas negras e outras feministas de cor dos Estados Unidos se apoiam nesta análise e desenvolvem uma abordagem que fornece uma estratégia para combater todas as formas de opressão nos marcos de uma luta comum.

As feministas negras – juntamente com as latinas e outras mulheres negras – da era de 1960 que eram críticas tanto ao feminismo predominantemente branco por seu racismo quanto ao nacionalismo e outros movimentos antirracistas por seu sexismo, repetidas vezes fundaram organizações separadas que pudessem abordar as opressões específicas que elas sofriam. E quando elas corretamente afirmavam as diferenças raciais e de classe que havia entre as mulheres, faziam-no porque estas diferenças eram majoritariamente ignoradas e negligenciadas por boa parte do movimento de mulheres daquela época, o que, portanto, tornava as mulheres negras e outras mulheres de cor invisíveis na teoria e na prática.

O objetivo final não era, no entanto, a separação racial permanente para a maior parte das feministas de esquerda negras e de cor, como se veio depois a entender. Barbar Smith concebia uma abordagem *inclusiva* para combater as opressões múltiplas, começando pela construção de uma coalização em torno das lutas específicas. Como ela observou em 1983, ‘‘Os setores mais progressivos do movimento de mulheres, incluindo as mulheres brancas radicais, trataram [as questões de

racismo], e muitas outras, com muita seriedade". (62)A feminista asiático-americana Merle Woo afirma explicitamente: "Hoje... eu fico ainda mais profundamente magoada quando penso quantas pessoas, muita gente mesmo, por causa do racismo e do machismo, não conseguem ver a força que nós desperdiçamos ao não darmos as mãos". Porém, ela acrescenta: "nem todas as mulheres brancas são racistas, e nem todos os homens asiático-americanos são machistas. E há mudanças evidentes. Mudanças reais, tangíveis e positivas".(63)

O objetivo da interseccionalidade dentro da tradição do feminismo negro tem sido o de construir um movimento mais forte pela emancipação das mulheres que represente os interesses de *todas* as mulheres. Barbara Smith descreveu sua própria imagem do feminismo em 1984: "Eu muitas vezes desejei poder divulgar a ideia de que um movimento comprometido com o combate à opressão sexual, racial, econômica e "heterossexista"(64), para não mencionar a oposição ao imperialismo, ao antissemitismo, às opressões que se abatem sobre os deficientes físicos, os idosos e os jovens, ao mesmo tempo em que desafia o militarismo e a catástrofe nuclear iminente, é o extremo oposto da estreiteza".(65)

Esta abordagem para combater a opressão não apenas complementa, mas também fortalece a teoria e a prática marxistas – que busca unir não apenas todos aqueles que são explorados, como também todos os que são oprimidos pelo capitalismo em um único movimento que luta pela libertação de toda a humanidade. A abordagem das feministas negras acima descrita engloba a famosa citação de Lenin em "O que fazer?": "A consciência da classe trabalhadora não pode ser verdadeiramente política a menos que os trabalhadores sejam educados a reagir a *todos* os casos de tirania, opressão, violência e abuso, não importando *qual* classe seja afetada – a menos que eles sejam educados, além disso, a reagir desde uma perspectiva socialdemocrata e não de qualquer outra".(66)

O Coletivo Rio Combahee, que foi talvez a mais autoconsciente

organização de esquerda do feminismo negro nos anos 70, reconhecia sua adesão ao socialismo e ao anti-imperialismo, ao passo que corretamente clamava por mais atenção à opressão:

Sabemos que a libertação de todos os povos oprimidos exige a destruição do sistema político-econômico do capitalismo e do imperialismo, bem como do patriarcado. Nós somos socialistas porque acreditamos que o trabalho deve ser organizado para o benefício da coletividade daqueles que fazem o trabalho e criam os produtos, e não para o lucro dos patrões. Os recursos materiais devem ser igualmente distribuídos entre aqueles que criam estes recursos. Não estamos convencidos, entretanto, de que uma revolução socialista que não seja também revolução feminista e antirracista irá garantir nossa libertação... Embora estejamos de acordo com a teoria Marx no essencial, tal como ela se aplica às mesmas relações especificamente econômicas que ele analisa, sabemos que sua análise deve ser ampliada para que possamos entender nossa situação econômica específica enquanto mulheres negras.(67)

Ao mesmo tempo, a interseccionalidade não pode *substituir* o marxismo – e as feministas negras nunca tentaram fazê-lo. A interseccionalidade é um conceito para a compreender a opressão, não a exploração. Mesmo o termo “classismo”, comumente usado, descreve um aspecto da opressão de classe – esnobismo e elitismo – mas não a exploração. A maioria das feministas negras reconhece as raízes sistêmicas do racismo e do sexismo, mas põem muito menos ênfase que os marxistas na *conexão* entre o sistema de exploração e a opressão.

O marxismo é necessário porque ele fornece uma estrutura de compreensão das relações entre opressão e exploração (ou seja, opressão como um subproduto do sistema de exploração de classe), e também identifica a estratégia para a criação de condições materiais e sociais que tornarão possível acabar tanto com a opressão quanto com a exploração. Os críticos do marxismo depreciaram esta estrutura como um aspecto do

“reducionismo econômico” de Marx.

No entanto, como replica a feminista marxista Martha Gimenez, “afirmar, então, que a classe é fundamental não significa ‘reduzir’ a opressão de gênero ou de raça à de classe, mas reconhecer que o poder subjacente básico e ‘inominado’ que está na raiz do que se passa nas interações sociais fundadas na ‘interseccionalidade’ é o poder de classe.

A luta de classes ajuda a educar os trabalhadores – às vezes muito rapidamente – a desafiar ideias reacionárias e preconceitos que mantêm os trabalhadores divididos. Quando os trabalhadores fazem greve, confrontando o capital e seus agentes repressivos (a polícia), a natureza de classe da sociedade se torna clara subitamente. Ideias racistas, sexistas ou homofóbicas cultivada por toda uma vida podem desaparecer em questão de dias em uma onda de greves de massa. A visão de centenas de policiais alinhados para proteger a propriedade do patrão ou para conduzir um bando de pelegos para dentro das fábricas diz o mesmo que tratados inteiros acerca da natureza de classe do Estado dentro do capitalismo.

O processo de luta também expõe outra verdade oculta sob as camadas da ideologia da classe dominante: enquanto produtores de mercadorias e de serviços que mantêm a dinâmica do capitalismo, os trabalhadores têm a capacidade de parar o sistema através de uma greve de massas. E os trabalhadores não apenas têm o poder para parar o sistema, mas também para substituí-lo por uma sociedade socialista, baseada na propriedade coletiva dos meios de produção. Embora outros grupos na sociedade sofram opressão, somente a classe trabalhadora possui este poder objetivo.

Estas são as razões básicas graças às quais Marx afirma que o capitalismo criou seus próprios coveiros na classe trabalhadora. Mas quando Marx define a classe trabalhadora como agente da mudança revolucionária, ele está descrevendo seu potencial histórico, em vez de uma conclusão antecipada.

Esta é a chave para entender as palavras de Lenin. Toda a concepção leninista de partido de vanguarda se apoia no entendimento de que uma batalha de ideias deve ser travada *dentro* do movimento da classe trabalhadora. Um grupo de trabalhadores ganhos para a alternativa socialista e organizado em um partido revolucionário pode tirar outros trabalhadores das malhas das ideologias da classe dominante e oferecer uma visão de mundo alternativa. Para Lenin, a noção de consciência política vincula-se à disposição dos trabalhadores para defender os interesses de todos os oprimidos na sociedade como parte integral da luta pelo socialismo.

Como um acréscimo à teoria marxista, a interseccionalidade abre o caminho para um nível muito mais elevado de entendimento do caráter da opressão que o desenvolvido pelos marxistas clássicos, permitindo o ulterior desenvolvimento de formas com que a *solidariedade* pode ser construída entre todos aqueles que sofrem opressão e exploração sob o capitalismo, para que forjem um movimento unificado.

Notas:

(1) The Combahee River Collective, April 1977. Quoted, for example, in Beverly Guy-Sheftall, ed., *Words of Fire: An Anthology of African-American Feminist Thought* (New York: The New Press, 1995), 235. The statement is available online at www.circuitous.org/scraps/combahee.html.

(2)Nota da tradutora: organização do feminismo negro norte-americano que atuou entre 1974 e 1980. O nome é uma referência à ação heróica da abolicionista negra estadunidense Harriet Tubman que, em 1863, libertou 750 escravos nas proximidades do Rio Combahee, na Carolina do Sul. Esta declaração de 1977 pode ser lida na íntegra em <<http://circuitous.org/scraps/combahee.html>>

(3)Barbara Smith, ed., *Home Girls: A Black Feminist Anthology*

(New Brunswick: Rutgers University Press, 2000), xxxiv.

(4) Kimberlé Crenshaw, "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics," *University of Chicago Legal Forum*, 1989, 139–67.

(5) *Ibid.*, 149.

(6) Crenshaw, "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex," 142.

(7) *Ibid.*, 143.

(8) *Ibid.*

(9) See, for example, Guy-Sheftall, *Words of Fire*.

(10) Nota da tradutora: Ativista abolicionista e feminista negra estadunidense que atuou na primeira metade do século XIX. O referido discurso pode ser lido em tradução em <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>

(11) Nota do tradutor: estado da região centro-leste dos EUA, a mais industrializada do país.

(12) Sojourner Truth, "Ain't I a Woman?" *Women's Convention*, Akron, Ohio, May 28-29, 1851. Quoted in Crenshaw, 153.

(13) Nota do tradutor: a autora usa o verbo inglês "denigrate", em minha interpretação, propositadamente, por seu sentido etimológico (cf. *American Heritage Dictionary*), que é o de "enegrecer", "tornar mais negro" (latim: de [intensificador] + *niger*, um [negro, fúnebre] > *denigrare* [enegrecer]) e, por extensão, "difamar", atribuir características que são associadas ao negro na cultura de matriz europeia, donde deriva o sentido pejorativo no uso comum da palavra. Em português o verbo tem a mesma etimologia e o mesmo sentido pejorativo no uso comum (cf. *Dicionário*

Houaiss da Língua Portuguesa). Por isto decidi usar o polêmico e, no contexto, cacofônico termo português, colocando esta nota. O uso da palavra pela autora em meu ver acusa o fato de que se atribuem certas características à mulher negra que não se atribuem à branca, de modo a tornar sua condição, para além de feminina, ainda mais oprimida socialmente.

(14)Ibid

(15)Ibid., 140.

(16)Título original: *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*

(17)Nota da Tradutora: Métodos contraceptivos de longa duração.

(18)Patricia Hill Collins, *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*, second edition (New York: Routledge, 2001), 11–12.

(19)Ibid., 18.

(20)Quoted in Guy-Sheftall, *Words of Fire*, 345.

(21)Danielle L. McGuire, *At the Dark End of the Street: Black Women, Rape, and Resistance—A New History of the Civil Rights Movement from Rosa Parks to the Rise of Black Power* (New York: Random House, 2010).

(22)Ibid., xix–xx.

(23)Nota da tradutora: diferentemente do que é mais comum no Brasil, o subúrbio nos EUA é, geralmente, considerado um lugar nobre para moradia, com suas enormes casas.

(24)Betty Friedan, *The Feminine Mystique* (New York: W.W. Norton, 1964).

(25)Stephanie Coontz, *A Strange Stirring: The Feminine Mystique and American Women at the Dawn of the 1960s* (Basic

Books, 2011), 124.

(26) Título original: "The Negro Family: The Case for National Action."

(27) Office of Planning and Research, US Department of Labor, "The Negro Family: The Case for National Action, (March 1965)." Available online at www.dol.gov/asp/programs/history/webid-m...

(28) Nota da tradutora: nome, bastante pejorativo, da lei de segregação racial dos EUA que vigorou, nos antigos Estados Confederados do sul entre o fim da Guerra Civil e 1965. A lei foi aprovada por um parlamento dominado pelo Partido Democrata e prescrevia separação entre negros e brancos em todos os locais e instituições públicos. "Jim Crow", em inglês americano do sul, é um nome pejorativo para "negro", mais ou menos como o nosso "Jeca", no sudeste, o é para o caipira sudestino. O nome deriva do título de uma famosíssima música cantada pelo ator e dramaturgo Daddy Rice, que atuava como *blackface* (quando atores brancos se pintavam de negro para representar os afrodescendentes), imitando de forma caricata o falar característico dos negros do sul estadunidense.,

(29) *Report of the National Advisory Commission on Civil Disorders* (New York: Bantam Books, 1968), 1–29. Available online at www.eisenhowerfoundation.org/docs/kerne...

(30) Ibid.

(31) Nota do tradutor: Harriet Tubman liderou 150 soldados negros da União numa incursão ao Rio Combahee. Tubman, assim, ficou conhecida pela alcunha de "Moisés de seu povo", porque fora uma escrava fugitiva e ajudou na libertação de centenas de seus irmãos de raça, durante muitos anos, através da *Underground Railroad*, que traduzindo literalmente designa "Ferrovia Subterrânea". Este nome, obviamente, é enganoso, se tomado literalmente. Tratava-se de uma metáfora vigente entre os escravos dos EUA, associada à outra, a dos "Trens do

Evangelho“, que tomava a referência bíblica para falar das rotas de fuga para o norte dos EUA e para o Canadá. Assim, as tais “Ferrovias Subterrâneas“ por onde corriam os supostos ‘Trens do Evangelho“ não eram nem ferrovias, nem subterrâneas, mas sim rotas secretas utilizadas pelos abolicionistas e escravos para organizar fugas. Estas rotas eram compostas de estradas secretas e locais de abrigo, percorrendo o território dos estados escravistas, chegando à fronteira do Canadá. Outras rotas de fuga para escravos dos EUA levavam da Flórida a Cuba e do Texas para o México. Estas rotas, portanto, incluíam, por vezes, trajetos marítimos por rios e por mar.

(32)Combahee River Collective Statement.

(33)Ibid.

(34)Coontz, *A Strange Stirring*, 140.

(35)Ibid., 126.

(36)Ibid., 247.

(37)Ibid., 101.

(38)Friedan, *The Feminine Mystique*, 263–64.

(39)Susan Brownmiller, *Against Our Will: Men, Women and Rape* (New York: Ballantine, 1993), 14–15.

(40)Angela Y. Davis, *Women, Race, and Class* (New York: Vintage, 1983), 178.

(41)Brownmiller, *Against Our Will*, 272.

(42)Ibid., 247.

(43)Alice Walker quoted in D.H. Melhem, *Gwendolyn Brooks: Poetry and the Heroic Voice* (Lexington, Ky.: University Press of Kentucky, 1987), 249.

(44) Davis, *Women, Race, and Class*, 188–89.

(45) *Ibid.*, 178.

(46) Quoted in Cherríe Moraga and Gloria Anzaldúa, eds., *This Bridge Called my Back: Writings by Radical Women of Color* (New York: Kitchen Table: Women of Color Press, 1983), 61.

(47) Título original: *Women, Race and Class*

(48) Davis, *Women, Race & Class*, 213–15.

(49) Rickie Solinger, ed., *Abortion Wars: A Half Century of Struggle, 1950–2000* (Berkeley: University of California Press, 1998), 132; Committee for Abortion Rights and Against Sterilization Abuse (CARASA) and Susan E. Davis, ed., *Women Under Attack* (Boston: South End Press, 1988), 28.

(50) Quoted in Meg Devlin O'Sullivan, "'We Worry About Survival': American Indian Women, Sovereignty, and the Right to Bear and Raise Children in the 1970s," Dissertation, (Chapel Hill: 2007). Available online at www.cdr.lib.unc.edu/indexablecontent?id=uuid:7a462a63-5185-4140-8f3f-ad094b75f04d&ds=DATA_FILE.

(51) *Guardian* (US), April 12, 1989, 7.

(52) Jael Silliman, Marlene Gerber Fried, et al., *Undivided Rights: Women of Color Organize for Reproductive Justice* (Cambridge: South End Press, 2004), 10.

(53) Davis, 204.

(54) *Ibid.*, 215.

(55) *Ibid.*, 175.

(56) *Ibid.*, 24.

(57) *Ibid.*, 176.

(58) Lydia Sargent, ed, *Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism* (Cambridge, Mass.: South End Press, 1981), 94.

(59) Davis, 182.

(60) Quoted in Davis, 174.

(61) *Ibid.*, 173.

(62) Smith, *op cit.*, xxxi.

(63) Moraga and Anzaldúa, *The Bridge Called My Back*, 146.

(64) Nota da tradutora: optei por uma versão aportuguesada do termo original, *heterosexist*, ainda que inexistente em português.

(65) Smith, *Home Girls*, 257–58.

(66) Vladimir Ilyich Lenin, “What Is To Be Done? Burning Questions of our Movement,” *Lenin’s Collected Works Vol. 5* (Moscow: Progress Publishers, 1973), 412. Available online at www.marxists.org/archive/lenin/works/1901/witbd/iii.htm.

(67) Combahee River Collective.